

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC MARCELO DE SOUZA MACHADO

OS INTERESSES DA FRANÇA NO MALI:  
uma visão realista da política externa francesa.

Rio de Janeiro

2017

CC MARCELO DE SOUZA MACHADO

OS INTERESSES DA FRANÇA NO MALI:

uma visão realista da política externa francesa.

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (Ref<sup>o</sup>-FN) José Claudio da Costa OLIVEIRA.

Rio de Janeiro  
Escola de Guerra Naval  
2017

## AGRADECIMENTOS

Obrigado, DEUS, por tudo.

Agradeço à toda Família Souza Machado: à minha esposa Camila Ramos do Amaral Machado, pela compreensão, incentivo, paciência e amor. Com sabedoria você tem feito nossos caminhos mais planos, nossas vidas mais felizes. Aos meus filhos Pedro e José Ramos do Amaral de Souza Machado, por compreenderem a minha ausência. À minha sogra, D. Katia Angelica Souza Ramos, pelo suporte sempre presente. Ao querido Tio Washington Luiz Ramos, que revisou este trabalho com dedicação e carinho. À minha querida mãe, Ana Elza de Souza, que me ensinou a nunca desistir e a sempre fazer o melhor, e assim chegamos até aqui. Mãe, você está comigo todos os dias.

À Marinha do Brasil, através da Escola de Guerra Naval, pela oportunidade de aprimoramento pessoal e profissional. Ode à Marinha!

Aos mestres da COPPEAD, que transmitiram conhecimentos fascinantes e nos ensinaram a pensar além do que estávamos habituados.

Ao meu orientador, CMG (Refº-FN) José Claudio da Costa Oliveira, pela orientação segura e correção didática, contribuindo muitíssimo para a conclusão deste trabalho. Ao CF (Rm1) Nagashima pela dedicação em suas aulas e pelas revisões desta obra.

Aos colegas da turma do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores, pelo apoio e incentivo durante esta caminhada.

Finalmente volto a agradecer a DEUS, Senhor dos senhores e Pai querido, que me orienta diariamente. Sem você eu nada seria!!!

## RESUMO

“O presente trabalho tem por finalidade compreender os interesses da política externa da França na ocasião em que realizou uma intervenção militar na República do Mali, em 2013, e esta mesma política se fundamenta na teoria realista das relações internacionais do professor alemão Hans Joachin Morgenthau. Para entender as razões pelas quais um país europeu se lança em um conflito no continente africano a milhas de distância é necessário ir além de sua relação histórica de colônia e metrópole e descobrir as motivações ocultas, não noticiadas nas mídias televisivas nem impressas em periódicos populares. Após uma visão geral sobre a condição política e militar em que se encontravam o Mali e a França e uma noção da disponibilidade local de recursos minerais, passaremos a analisar o pensamento de Morgenthau, que de maneira direta e assertiva, ensina como é a luta de uma nação pelo poder, alerta para a importância do elemento ideológico na política externa e explora quais são os elementos do poder nacional essenciais para a implementação de uma política eficaz. Após compreendermos a teoria, passaremos para sua aplicação no caso em estudo, utilizando os princípios e conceitos na tentativa de esclarecer os fatos em base científica. Chegaremos à conclusão que foram diversos os interesses que levaram a França de volta ao Mali, todos encobertos por uma ideologia de ajuda humanitária e uma questão de sobrevivência do Mali. Alguns motivos são explícitos e facilmente compreensíveis, outros tiveram que ser desvendados pela teoria e podem ser explicados pela política implementada pelos Estados que pretendem expandir cada vez mais sua capacidade industrial e seu poder no continente.”

Palavras-chave: Mali. Interesses. França. Teoria. Realista. Intervenção. Recursos.

## ABSTRACT

“The purpose of this paper is to understand the real interests of France's foreign policy when it undertook military intervention in the Republic of Mali in 2013 and is based on the realist theory of international relations written by German professor Hans Joachin Morgenthau. In order to understand the reasons why an European country launches into a conflict on the African continent miles away distant, it is necessary to go beyond its historical relation of colony and metropolis and discover the hidden motivations, not reported in the television media nor printed in popular tabloids. After an overview of the political and military condition of Mali and France, and a notion of the local availability of mineral resources, we will analyze Morgenthau's thinking, which directly and assertively teaches the struggle of a nation for power, warns of the importance of the ideological element in foreign policy and explores which elements of national power are essential for the implementation of an effective policy. After understanding the theory, we will proceed to its application in the present case, applying principles and concepts in an attempt to clarify the facts on a scientific basis. We will come to the conclusion that there have been a number of interests that have led France back to Mali, all covered by an ideology of humanitarian aid and a question of survival in Mali. Some motives are explicit and easily to be understood, others have to be unraveled by theory, and can be explained by the policy implemented by states who intend to expand their industrial capacity and power on the continent.”

Keywords: Mali. Interests. France. Theory. Realist. Intervention. Resources.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	- Mapa do norte do continente africano.....	46
Figura 2	- Mapa do Mali e países fronteiriços.....	47
Figura 3	- Mapa da continente europeu.....	48
Figura 4	- Mapa da distribuição de riquezas minerais no Mali.....	49

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AGNU	- Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas
AQMI	- Al Qaeda no Magreb Islâmico
CSNU	- Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas
ECOWAS	- Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
EI	- Estado Islâmico
EUA	- Estados Unidos da América
MINUSMA	- Missão de Paz das Nações Unidas no Mali
OIG	- Organização Internacional Governamental
OMC	- Organização Mundial do Comércio
ONG	- Organização Não Governamental
ONU	- Organização das Nações Unidas
OTAN	- Organização do Tratado do Atlântico Norte
PIB	- Produto Interno Bruto
UA	- União Africana
UE	- União Europeia

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>HISTÓRICO .....</b>	<b>11</b>
2.1	Antecedentes ao conflito .....	12
2.2	Posicionamento francês .....	14
2.3	A Operação Serval .....	16
2.4	Conclusão parcial .....	17
<b>3</b>	<b>A TEORIA REALISTA DE MORGENTHAU .....</b>	<b>19</b>
3.1	Princípios do realismo político .....	19
3.2	A luta pelo poder político .....	20
3.3	ELEMENTOS DO PODER NACIONAL .....	24
3.3.1	Geografia .....	25
3.3.2	Recursos naturais .....	25
3.3.3	Capacidade industrial .....	26
3.3.4	Grau de preparação militar .....	27
3.3.5	Qualidade do governo .....	27
3.4	Conclusão parcial .....	30
<b>4</b>	<b>ADERÊNCIA DO CONFLITO À TEORIA .....</b>	<b>31</b>
4.1	Princípios do realismo político .....	31
4.2	A luta pelo poder político .....	33
4.3	Elementos do poder nacional .....	35
4.3.1	Geografia .....	35
4.3.2	Recursos naturais .....	37
4.3.3	Capacidade industrial .....	37
4.3.4	Grau de preparação militar .....	38



4.3.5	Qualidade do governo .....	39
4.4	Conclusão parcial .....	41
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>42</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>44</b>
	<b>ANEXO 1 .....</b>	<b>46</b>
	<b>ANEXO 2 .....</b>	<b>47</b>
	<b>ANEXO 3 .....</b>	<b>48</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Um país surgiu em 1960 entre os atores do Sistema Internacional, o Mali. Após se emancipar do Sudão Francês, criou a Federação do Mali. Contudo, menos de um ano depois de sua declaração de independência, sofreu nova mudança. Incompatibilidades ideológicas modificaram novamente seu território e, assim, formaram-se o Senegal e o Mali.

Após uma série de golpes militares e a criação de um governo provisório, o Mali solicitou ajuda a sua antiga metrópole para reorganizar a estrutura político-econômica e conter o avanço dos rebeldes que ameaçavam tomar a capital Bamako. Notadamente, não eram simples problemas. Um misto de má gestão pública, divergências culturais, corrupção e terrorismo desestabilizaram a nação africana e levou a França a planejar e executar uma operação militar de grande envergadura: a Operação Serval. A expedição militar conseguiu conter os grupos extremistas islâmicos e trouxe estabilidade não só ao Mali mas a todo o entorno. Apesar do êxito, tropas francesas ainda permanecerem no país africano até o presente ano de 2017.

O propósito deste trabalho é identificar quais interesses da política externa que levaram a França a intervir militarmente no Mali. Busca, portanto, compreender o que ocorreu nos bastidores do conflito, dentro da moldura temporal compreendida entre janeiro de 2013, início da operação militar mencionada, e seu encerramento oficial em julho de 2014.

Para conduzir os estudos nos moldes de trabalho científico, adotou-se a teoria realista de Hans Joachim Morgenthau, de forma a permitir a exploração do tema por meio de forma lógica e sequencial. O professor Hans Morgenthau é um dos precursores do estudo das relações entre os diversos atores do sistema internacional e considerado por muitos uma referência em relações internacionais. Sua teoria se baseia no estudo dos fatos, não das intenções, e adota uma análise direta e pragmática dos interesses dos Estados.

O presente estudo é uma ferramenta relevante para aquele que procura entender a dinâmica dos Estados. Ao enquadrarmos a política externa francesa na teoria realista, algumas questões passam a fazer sentido.

Esta pesquisa será dividida em cinco capítulos, sendo o primeiro deles esta introdução.

O capítulo dois apresentará um histórico elucidativo, para que possamos entender como a república africana chegou ao nível de perder a governabilidade e se achou na necessidade de solicitar um auxílio externo.

No capítulo seguinte serão abordados os aspectos da teoria realista que são concernentes ao caso apresentado. Os conceitos de poder nacional, a política internacional no mundo contemporâneo, a escassez de recursos naturais e as relações desses com a produção e comercialização de minérios serão abordados.

No quarto capítulo, de maior relevância para o estudo, será feita uma análise do caso proposto à luz da teoria.

Por fim, teremos um capítulo destinado à conclusão, em que se pretende concentrar os itens de maior relevância e resumir os pontos de aderência do ocorrido com a teoria de Morgenthau.

## 2 HISTÓRICO

Neste segundo capítulo iremos apresentar um breve registro histórico do Mali e discorrer sobre a situação da França no período que antecede o conflito. Com isso, tentaremos fornecer alguns dados históricos que possam ajudar na compreensão tanto da política francesa quanto no comportamento do Mali.

Este capítulo será dividido em três seções e será precedido por uma breve ambientação. Dessa forma, pretendemos organizar as áreas de conhecimento necessárias para prosseguirmos no estudo. Na seção 2.1 faremos um resumo político e histórico do Mali, em uma trajetória que se inicia com sua independência do Sudão Francês e termina com a formação do governo provisório que solicitou auxílio à ONU. Na seção seguinte iremos tratar da situação francesa no período que antecede a ação militar. Na terceira seção abordaremos alguns aspectos da Operação Serval, mas não faremos uma descrição cronológica, pois não auxiliaria no estudo um detalhamento tático da missão. Ao final dedicaremos uma seção para uma conclusão parcial.

O vocábulo da língua inglesa “landlocked”, utilizado por Peter Calvocoressi (2009) para definir os três países da África Ocidental sem acesso ao mar, nos permite ter uma noção de quão importante é para o Mali manter seus laços de comércio exterior. A França tem sido, nas últimas décadas, mais que um parceiro comercial tem sido uma resposta aos apelos do Mali frente ao caos político em que se encontrava. Os outros dois Estados sem acesso ao mar são Níger e Burkina Faso.

A trajetória do Mali não foi somente miséria e instabilidade política. Aproximadamente entre os anos de 1200 a 1600 o Mali foi um dos maiores produtores de ouro da África, se não o maior. Atualmente exerce papel relevante na extração mundial do precioso metal e de outros minerais, mas os números oficiais não são divulgados.

Ainda no século XIV, um rei que governou o oeste da África e vivia na região onde fica hoje a República do Mali teria sido o homem mais rico existente de sua época. Nascido em 1280, Musa, que ganhou o título de Mansu, que significava "rei dos reis", foi o comandante do Império Mali por 25 anos. Seu reino englobava o território atualmente formado por Gana, Mali e outros estados fronteiriços.

Mansu Musa era muçulmano e além de fazer do Império Mali uma potência daquele tempo, difundiu a religião islâmica na região. Investiu fortemente na construção de mesquitas e escolas e fez da capital de seu império, Timbuktu<sup>1</sup>, um centro de comércio, conhecimento e culto ao islamismo. Em valores reajustados a fortuna pessoal de Mansu Musa em 1331, ano de sua morte, foi avaliada em 400 bilhões de dólares norte-americanos (PALAST, 2013).

A fim de melhor compreender o caminho percorrido pelo Mali até a intervenção militar francesa, vamos avançar detalhando sua história recente.

## 2.1 Antecedentes ao conflito

A região onde é o atual território do Mali, localizavam-se três impérios africanos: o Império do Gana, o Império Mali e o Império Songhai. Ao final do século XIX, o Império Mali ficou sob o controle da França, constituindo uma parcela do Sudão Francês. Em 1959 se uniu ao Senegal, mas foi apenas em 20 de agosto de 1960 que conquistou sua independência do Sudão Francês, tornando-se a Federação do Mali. Contudo, no mês seguinte o Senegal se emancipou da federação e nasceu, em 22 de setembro de 1960, o Mali, sem a denominação de federação.

O político Modibo Keita, que havia ocupado a função de primeiro-ministro da recém-dissolvida federação, foi elevado ao cargo de presidente. Keita buscou aproximar-se da

---

<sup>1</sup> Timbuktu está a mais de mil quilômetros de distância da capital do Mali, Bamako. É hoje uma das principais cidades do Mali e continua sendo um importante centro religioso e econômico, atraindo turistas e peregrinos de toda parte do mundo.

Ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e estatizou grande parte das empresas que movimentavam a modesta economia do Mali.

Em 1968, Moussa Traoré arquitetou e executou um violento golpe militar que pôs fim ao mandato de Mobido Keita. O regime militar que se seguiu, buscou concretizar as reformas econômicas, porém fatores externos não colaboraram com a política de Traoré. Um longo período de seca prejudicou a economia do país e a busca pela estabilidade política passou a ser, cada vez mais, um desafio inalcançável.

No final dos anos de 1970, o regime de Moussa Traoré conheceu as manifestações populares. Três tentativas de golpe sobrevieram contra seu governo, todas fracassadas. Com dificuldades, as divergências foram superadas. Uma relativa paz seguiu até o final da década de 1980 (CALVOCORESSI, 2009).

O governo continuou a tentar implantar reformas econômicas, mas sua popularidade diminuía cada vez mais. Em resposta à crescente demanda por uma democracia pluripartidária, o presidente Traoré autorizou uma tímida abertura política, mas não deixou claro quando iniciaria um sistema eleitoral democrático.

O período de seca que havia dispersado muitos habitantes do norte do país havia terminado. No início dos anos 1990, muitos tuaregues começaram a voltar à sua terra natal. Peter Calvocoressi (2009) explica que foram eles, direta ou indiretamente, os responsáveis pelo aumento da violência. Ao mesmo tempo, movimentos políticos contrários ao governo ganharam força. A confluência de tais fatores culminou com um golpe militar em 1991. O novo governo outorgou uma constituição que pretendia estabelecer um sistema pluripartidário e previa um Estado democrático. Surge nesse momento a República do Mali e uma eleição presidencial foi convocada. Um surto de democracia levou o país a ter 20 partidos políticos nas eleições presidenciais de 1992.

Alpha Oumar Konaré assumiu a presidência pela vitória nas urnas em 1992, no

que foram as primeiras eleições democráticas da República do Mali. Em 1996, sobreviveu a um golpe que buscava a volta da ditadura. Reeleito em 1997, acelerou as reformas econômicas e lutou contra a corrupção nos altos níveis do governo. Nos anos em que esteve à frente do Mali, enfrentou terríveis secas, combateu a corrupção, tentou conter uma dívida externa que estava quebrando as finanças de seu país e conseguiu ser reeleito em uma disputa eleitoral marcada por tumultos e manifestações populares. Ao final do segundo milênio, a República do Mali passou por um período de crescimento devido à sua recente democracia e estabilidade conseguidas pelo governo (CALVOCORESSI, 2009).

Alpha Konaré foi substituído em 2002 pela força das armas, em mais um golpe, orquestrado por Amadou Toumani Touré, derrubando os militares do poder e impondo um governo civil. O novo presidente conseguiu um estável e próspero período. Apesar disso, tudo acabou em 2012 quando Touré perdeu completamente o controle da região norte e sofreu, ele mesmo, um golpe militar. A partir do ocorrido um governo provisório, sem legitimidade, se estabeleceu no poder.

Em paralelo, grupos tuaregues<sup>2</sup> separatistas - em sua maioria ligados a Al-Qaeda<sup>3</sup> africana - eram desde 2011 fortalecidos com armamentos conseguidos na Líbia. Esses rebeldes separatistas, em 2012, capturaram as cidades de Timbuktu, Kidal e Gao. Instigados religiosa e politicamente por membros da alta cúpula da organização terrorista, começaram a destruir lugares e manuscritos sagrados para os muçulmanos, além de imporem à população local a charia<sup>4</sup>. Os revoltosos avançaram até as proximidades da capital do Mali, Bamako, quando em janeiro de 2013 os franceses iniciaram a contra-ofensiva.

---

2 Os tuaregues são um povo berbere constituído por pastores nômades, agricultores e comerciantes. A maioria dos tuaregues é muçulmana. São os principais habitantes da região saariana do norte da África, distribuindo-se pelo sul da Argélia, norte do Mali, Níger, sudoeste da Líbia, Chade, Burkina Faso e leste da Nigéria. Falam línguas berberes e preservaram uma escrita peculiar.

3 Al-Qaeda é uma organização fundamentalista islâmica internacional, constituída por células independentes que visam disputar o poder econômico e político na região do oriente médio.

4 A charia é o nome dado à lei do islamismo. Em várias sociedades islâmicas não há separação entre a religião e o direito, sendo todas as leis fundamentadas na religião e baseadas nas escrituras sagradas. A charia é o corpo da lei religiosa islâmica e influencia a vida política, econômica, familiar e outros ramos da sociedade.

## 2.2 Posicionamento francês

A França havia saído de um enfrentamento com a Líbia. Na ocasião, a força aérea francesa assumiu um papel de grande relevância na intervenção da OTAN, neste sentido, ajudou a derrubar o poder de Moammar Gaddafi. Suas aeronaves militares, em especial o caça Rafale, tiveram uma ação de destaque, com uma performance reconhecida até mesmo por outros países que compunham a coalisão (LE MONDE, 2017).

Francois Hollande, que assumiu o cargo de presidente da República Francesa em maio de 2012, procurou dar prosseguimento à política externa de seu antecessor. Em uma entrevista coletiva, prometeu continuar envolvido no assunto até que o Mali estivesse a salvo. "O que está em jogo é a própria existência do Estado malinês", disse o mandatário em janeiro de 2013. A mensagem clara e direta do presidente francês foi aprovada por todos os líderes ocidentais (MÜZELL, 2014).

O campo de batalha da luta contra o terrorismo está espalhado por todo o mundo, e seu foco simplesmente mudou para a África por causa da crise no Mali. O grupo Al Qaeda não está limitado a atuar em países já devastados pelo terrorismo como o Afeganistão e a Somália, mas não se opõe especificamente ao Mali.

A França gerava, em 2012, 78% de sua eletricidade a partir de usinas de energia nuclear, baseadas em urânio enriquecido. Possuía 59 centrais nucleares operadas pela estatal Electricité de France, as quais geravam mais de 430.000 GWh por ano. Em 2017 o número de centrais nucleares subiu para 61 unidades e estima-se que a parcela de energia fornecida pelo urânio já ultrapasse os 80% (CARVALHO, 2012).

A empresa francesa Areva é a maior representante francesa no ramo de mineração e está expandindo sua produção. Em 2011 iniciou a construção da segunda maior usina de urânio do mundo no Níger, um dos sete países fronteiriços com o Mali e concorrente na exportação de uraninita, minério que é a origem das pastilhas enriquecidas geradoras de



energia. A empresa é o maior investidor individual no Níger e necessita de estabilidade na região pois seus quase 3.000 funcionários correm riscos de serem sequestrados para o Mali. A empresa fornece grande parte da matéria-prima para a indústria de energia nuclear na França (BARATA, 2013).

De acordo com um relatório do parlamento francês sobre o fornecimento de urânio, cerca de 20 por cento da matéria-prima utilizada em seus reatores nucleares no país vieram da empresa Areva, precisamente da região de fronteira do Mali e Níger. Mas a empresa tem atuação e relevância mundiais.

“ A principal proprietária das minas do Níger, a Areva, pode até ter sotaque francês, mas a administração Obama conhece essa empresa como a fornecedora número um da indústria nuclear norte-americana. Além disso, a Areva obteve uma das quatro garantias de empréstimo do baú de “emergência” para a guerra do Afeganistão de Obama. Enquanto a licença da Areva para aquele reator, localizado em Maryland, está suspensa até que ela encontre um parceiro norte-americano, a Areva permanece como fonte crucial de barras de urânio necessárias para operar todas as usinas dos Estados Unidos. O governo americano também conta com a Areva para fabricar combustível MOX. O MOX da Areva é feito de produtos do minério de urânio misturados com plutônio das ogivas soviéticas adquiridas pelos Estados Unidos.” (PALAST, 2017).

Após uma solicitação de ajuda oficializada pelo líder do governo provisório malinês, tanto a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental quanto a ONU concordaram em enviar tropas ao Mali no final de 2012. Ambas instituições concordaram que a França deveria liderar a operação em resposta ao pedido de ajuda humanitária. Tal decisão pode ser explicada pelo fato de o Mali ter sido uma colônia francesa por mais de oitenta anos e considerada como parte da Françafrrique<sup>5</sup> (LE MONDE, 2017).

---

5 Françafrrique é uma expressão utilizada para denominar antigos territórios franceses na África mas sob os quais o país ainda mantém um poder significativo mesmo após a independência.

### 2.3 A Operação Serval

Após a aprovação do envio de tropas pelo CSNU e depois que Konna, uma importante cidade no Mali próxima à capital, foi capturada em janeiro de 2013 a França iniciou oficialmente sua intervenção. O nome “serval” refere-se a um selvagem felino africano conhecido por ser um caçador ágil e agressivo.

Desde o início de janeiro, cerca de 4.000 soldados franceses foram gradualmente enviados ao Mali, bem como um pequeno número de militares dos EUA. Durante todo o período, apenas nove franceses foram mortos e somente um helicóptero foi derrubado, logo nos primeiros dias do conflito (TAYLOR, 2015).

Os aviões de guerra franceses foram os primeiros a atuarem. Bombardearam tropas islâmicas enquanto os rebeldes tuaregues, realinhados com o governo malinês, retomaram importantes cidades.

Os insurgentes ameaçaram atacar alvos franceses em toda a região do Sahel, em retaliação, e alguns dias após o início do ataque francês, homens armados invadiram uma usina de gás na Argélia e fizeram centenas de pessoas reféns. Membros das forças especiais francesas foram enviados para dar uma resposta ao ocorrido.

O Mali é o terceiro maior país produtor de ouro na África, enquanto a vizinha Nigéria é um importante exportador de petróleo da região, enviando milhões de barris por ano para países como a Grã-Bretanha e os EUA. Os Estados Unidos da América, em particular, depende da África para minerais estratégicos e petróleo, com quase 14% das importações de petróleo bruto do país provenientes do continente (FLYNN; CLERCQ, 2014).

A cidade de Timbuktu, na região subsaariana, é de difícil sobrevivência, pode-se até dizer que é um dos lugares de mais difícil sobrevivência do mundo, e justo nesta localidade encontrava-se o principal foco de radicais islâmicos. Tais extremistas, todos ligados à Al-Qaeda, dominaram não só Timbuktu, mas diversos territórios ao norte do país.

A operação militar foi considerada um notável êxito. Podemos mencionar alguns fatores que contribuíram para tal sucesso.

Foi crucial a clareza dos objetivos militares bem definidos. Ao contrário de outras missões internacionais, os militares franceses tinham uma missão clara: destruir as forças terroristas que ameaçavam avançar em direção à capital.

Nesta perspectiva, o apoio internacional, principalmente em relação à integração dos serviços de informações, efetivado pelo compartilhamento de dados de diversas agências internacionais, permitiu que o processo de decisão fosse rápido e que os outros Estados, mesmo que não participassem diretamente no conflito, apoiassem os franceses no combate aos insurgentes (RIBEIRO; COSTA; FERNANDES, 2014).

#### 2.4 Conclusão parcial

O Mali é um país rico em ouro e ainda possui grandes reservas minerais que podem trazer novamente a prosperidade ao Estado.

É possível assinalar diversos motivos para a realização da Operação Serval. Podemos citar: interesses das companhias francesas de extração de minérios, oportunidade de testar novos caças militares, visando mercado internacional, ou ainda, a busca pela garantia de fornecimento de matérias-primas, essenciais para o abastecimento de suas usinas termonucleares.

Sendo assim, por conhecer o terreno e a situação do Mali, os franceses não tiveram problemas de adaptação. Pelo contrário, o excelente conhecimento do terreno aliado a uma forte presença na região, tropas no Chade, no Gabão, no Senegal e na Costa do Marfim, constituíram um fator decisivo que explica a elevada eficácia francesa.

### 3 A TEORIA REALISTA DE MORGENTHAU

Este capítulo tem por objetivo apresentar uma teoria que contenha o entendimento da política externa adotada pela França ao enviar seus militares a fim de auxiliar o Mali em seu conflito interno. Para entender os interesses pelos quais os franceses se lançaram em uma empreitada militar no continente africano iremos analisar o conflito proposto sob a ótica da teoria realista do professor Hans Joachin Morgenthau (2003).

Este capítulo será dividido em quatro etapas a fim de organizar e iluminar os pontos da teoria que se relacionam com o período em questão. Na seção 3.1 abordaremos os princípios do realismo político e seus elementos constituintes. Na seção seguinte iremos nos aprofundar na luta pelo poder político. Na terceira seção abordaremos os elementos do poder nacional com ênfase na questão das matérias-primas e no problema do equilíbrio entre recursos naturais e a política. Por fim faremos uma conclusão parcial.

#### 3.1 Princípios do realismo político

A interpretação do conflito à luz da teoria realista da política internacional traz ao fenômeno uma explicação lógica, coerente e “evita duas falácias populares: a preocupação com motivos e a preocupação com preferências ideológicas” (MORGENTHAU, 2003).

Cabe ressaltar que toda a construção da teoria realista se baseia em seis atividades básicas, das quais não podemos nos distanciar: analisar o caráter objetivo das leis políticas, entender o conceito de interesse definido em termos de poder, entender o caráter universal dos interesses das nações, despertar a consciência da moralidade nas ações políticas, discernir entre as aspirações morais de uma nação e a moralidade que rege o mundo e atentar para a característica peculiar de análise autônoma e racional da política - sendo esses os princípios do realismo político.

Para este estudo, utilizaremos a seguinte definição de poder:

“O poder pode abarcar tudo que estabeleça e mantenha o controle do homem sobre o homem. Assim, o poder engloba todos os relacionamentos sociais que se prestam a tal fim, desde a violência física até os mais sutis laços psicológicos mediante os quais a mente de um ser controla uma outra. O poder cobre o domínio do homem pelo homem não só quando se apresenta disciplinado por desígnios morais e controlado por salvaguardas constitucionais (tal como ocorre nas democracias ocidentais), como quando ele se converte nessa força bárbara e indomável que só consegue encontrar leis em sua própria força e justificação em seu próprio desejo de engrandecimento.” (MORGENTHAU, 2003).

A objetividade das leis da política estabelece uma relação direta, e ao mesmo tempo oposta, entre os fatos e a natureza humana, de forma que uma teoria deve embasar-se na verdade dos acontecimentos e não nas opiniões dos seres humanos. O que é verdadeiro deve se apoiar em provas, descritas racionalmente, e nunca em pensamentos subjetivos. A realidade dos fatos deve ser livre de toda sorte de preconceitos e desejos próprios de um observador narrador.

Quanto aos demais princípios do realismo político, podemos seguramente afirmar que irão permear toda a teoria e seria, portanto, precipitado o aprofundamento de tais conceitos nesta seção. A consciência de que a teoria realista está fundamentada nos seis princípios é suficiente para prosseguirmos no estudo.

Passemos a tratar da luta pelo poder político e pela política internacional e das forças que permeiam as relações políticas entre as nações.

### 3.2 A luta pelo poder político

Para entrarmos na pauta da luta pelo poder político é necessário, antes, tecer algumas considerações sobre o próprio poder político. Pautados na definição de poder extraída anteriormente, podemos dizer que, no contexto da teoria realista, o poder político refere-se às relações mútuas de tentativa de controle entre os titulares de autoridade pública e

entre esses mesmos governantes e o povo de modo geral (MORGENTHAU, 2003). Trata-se portanto, de uma relação entre os que exercem a ação e os que a sofrem, o que proporciona aos primeiros controle sobre certas ações e até mesmo sobre a mente de um povo ou de um outro governo.

São basicamente três os motivos pelos quais o poder político é exercido: a intenção de receber benefícios, o medo de sofrer perdas e o valor ou a consideração atribuídos a uma instituição ou pessoa. Desse modo podemos seguir adiante e procurar entender os caminhos percorridos para obter o poder político.

A luta pelo poder pode se manifestar através da política interna ou da política internacional. Apesar de suas singularidades em diversos aspectos, cada uma concentra as diversas características de uma mesma sociedade. Portanto, apesar de diferirem entre si, as duas políticas expressam, com fidelidade, a luta pelo poder de uma nação (MORGENTHAU, 2003).

O professor H. Morgenthau (2003) explica que a atividade política, da forma com estamos apresentando, pode ser dividida em três padrões básicos de atuação. As diretrizes políticas de uma nação buscam sempre aumentar, manter ou demonstrar seu poder. É importante mencionar que esses padrões não são hermeticamente isolados e que uma nação pode adotar uma política e executar outra sem perceber.

A primeira política que analisaremos é a política de prestígio, ou aquela que visa a reputação ou reconhecimento do poder. Esse tipo de política é frequentemente deixado de lado por não ter um produto final palpável, material, mas sim um reconhecimento de coisas que já são. Normalmente é aplicada visando os objetivos dos outros dois tipos de política - imperialista e *status quo*. É uma política que busca reconhecimento e prestígio, sendo este a imagem ou resultado mental que expressa o verdadeiro poder de uma nação. Possui dois instrumentos para atingir seus propósitos: a exibição de força militar e o cerimonial

diplomático (MORGENTHAU, 2003).

Quando um Estado possui uma política externa que busca mais manter o poder do que uma alteração favorável da balança em benefício próprio, adota uma política do *status quo*. Esse padrão de política, quando aplicada no campo internacional, visa conservar a distribuição de poder em determinada época, e pode ser comparada a uma política conservadora se for direcionada às questões internas de uma nação. A política de *status quo* pode ser implementada por meio de tratados – de paz ou acordos entre nações – ou mesmo declaradas por meio de documentos unilaterais que visam a manutenção do poder. Cabe mencionar que alterações pouco significativas nas posições de poder ou movimentos políticos que não visem alterar a sua distribuição são compatíveis com a política de manutenção do poder.

O imperialismo, ou a política imperialista, é aquele que é empregado visando a expansão de poder de uma nação. Deve-se ter atenção à diferença conceitual que existe ao nomear uma política de um Estado que adquiriu terras ou que expandiu seu território por meio de negociações com o interesse no equilíbrio de poderes de certa região. A mera expansão territorial de uma nação não pode determinar que ela esteja implementando uma política como imperialista.

O imperialismo possui três objetivos típicos, de acordo com Morgenthau. Dominar todo o globo terrestre e se tornar um império mundial, obter superioridade de poder em um local específico ou em um continente, os quais seriam respectivamente um imperialismo localizado e império continental. Ainda no que se refere ao imperialismo, três métodos se distinguem. O imperialismo militar, o econômico e o cultural. São portanto, instrumentos distintos para se alcançar os mesmo fim do imperialismo. Podem ser empregados em conjunto ou separados (MORGENTHAU, 2003).

A conquista militar caracteriza-se por ser a forma mais antiga e direta de se

exercer o imperialismo. Possui a vantagem de, após conquistada a vitória pela batalha, normalmente apenas outra batalha seria capaz de alterar novamente as relações de poder, fato que se torna muito difícil pela nação vencida (MORGENTHAU, 2003).

O imperialismo econômico é menos contundente, mais racional e possui menor eficácia. É empregada para estabelecer domínio econômico sem ocupar o território, mas visando sempre a imposição do poder. Apesar de ser uma das ferramentas do imperialismo, pode e é utilizada para manter domínio sobre outras nações num exemplo típico de política de *status quo*. É portanto um método indireto porém eficiente e perene (MORGENTHAU, 2003).

Por último, a mais suave e bem-sucedida política imperialista pode ser definida como imperialismo cultural. Esta política imperialista não busca o controle da economia nem a conquista de territórios, mas atua na mente dos seres humanos a fim de alterar as relações de poder. O imperialismo cultural não é por si só capaz de alcançar os objetivos materiais do oponente, porém atua como ferramenta auxiliar e complementar. Pode ser empregada antes, durante ou mesmo depois dos processos militar e econômicos, sendo que aplicada após a conquista militar praticamente exerce uma política de *status quo*, pois mantém a nação de interesse mentalmente letárgica e colaboradora da nação dominante (MORGENTHAU, 2003).

Após analisarmos as políticas empregadas na luta pelo poder e detalhar as metodologias empregadas é de grande relevância mencionar a questão do eimento ideológico existente por trás da política internacional. A ideologia será o papel desempenhado pelo ator, a explicação dada pelo assassino, os motivos expressos pelo ladrão e a justificção pelo genocídio de inocentes. De forma assertiva, a ideologia busca justificar e em muitos casos encobrir as ações de sua política.

Quando tratamos de ideologias imperialistas, a exposição de motivos fica ainda



menos racional ou plausível e acabam por beirar o senso racional. As ideologias utilizadas para sustentar a política imperialista variam desde a doutrina do direito natural à ideologia do espaço vital, passando pela ideologia de ordem biológica “nascidos para vencer”, a ideologia social por nome de “missão jesuítica” ou a recente “missão humanitária” (MORGENTHAU, 2003).

### 3.3 Elementos do poder nacional

“Uma indústria ou um exército podem ser paralisados pela falta de uma matéria-prima ou de um produto. A busca da produtividade leva a uma divisão internacional do trabalho tão grande quanto possível, mas a preocupação com o poder nacional proíbe o sacrifício de qualquer peça vital da máquina de produção.” (ARON, 2002)

A fim de facilitar o entendimento do poder nacional, iremos mencionar quais os principais fatores que o compõe, de forma a, posteriormente, relacionar com o caso em estudo.

Morgenthau(2003) explica que, se quisermos determinar o poderio de uma nação, deveremos levar em consideração sua geografia, seus recursos naturais, sua capacidade industrial, o grau de preparação militar, sua população, a índole nacional, o caráter e o moral nacionais e a qualidade da diplomacia e do governo em geral. Todos esses elementos do poder nacional possuem um ou mais produtos, porém será necessário para entender a teoria, aprofundarmos em alguns deles. Cabe mencionar que alguns elementos estão sujeitos a constantes mudanças, outros são relativamente estáveis.

A quantidade da população, a índole e a moral nacionais, assim como a qualidade da diplomacia, não serão aprofundados neste estudo, uma vez que tais elementos constituintes do poder nacional não irão alterar os rumos de nossa análise. A qualidade do governo, no entanto, será abordada com maior riqueza de detalhes, uma vez que incide diretamente no tema do trabalho proposto.

### 3.3.1 Geografia

O primeiro elemento do poder nacional que analisaremos é a geografia, o mais estável dos fatores. A inexistência de fronteiras naturais, o isolamento do território de um estado por oceanos ou longas distâncias marítimas, a posição insular ou mesmo o imenso tamanho de um território são fatores geográficos que precisam ser levados em consideração quando analisamos o poder nacional. Sua importância está na perenidade de suas posições e na dificuldade de alterá-las. O simples fato de ser necessário um número de combatentes compatível com o território a ser conquistado já desabilita certo estado a tornar-se efetiva ameaça à conquista de outro, pois seu fator população - que veremos adiante - o impede de fazê-lo. Contudo, o mesmo fator, geografia, poderá servir de estímulo à invasão ou simplesmente tirar a vontade de lutar do povo dominado (MORGENTHAU, 2003).

### 3.3.2 Recursos naturais

Os recursos naturais são outro fator relativamente estável que é capaz de exercer importante influência sobre o poder de uma nação. Divide-se em alimentos e matérias-primas.

Os alimentos, mais elementar dos recursos, podem constituir um fator decisivo em uma guerra, pois sua ausência é capaz de minar a resistência de um inimigo. Excetuando-se o caso de conflito armado, a auto-suficiência em alimentos constitui uma grande fonte de poder pois permite canalizar os esforços humanos para a consecução de suas políticas interna ou externa (MORGENTHAU, 2003).

O mesmo grau de importância que é atribuído aos alimentos para os seres vivos é válido para o valor dado às matérias-primas em relação à indústria. Os estados que não possuem auto-suficiência de matérias-primas devem controlar o acesso às fontes. A relevância torna-se ainda maior quando a indústria passa a produzir equipamentos bélicos. Mas não só na

produção de armas e de material bélico, os minerais básicos em uma guerra são essenciais para o fornecimento de energia, essencial para mover a indústria e transportar os soldados de um exército. Sobressaem, em ordem de evolução, entre as matérias-primas empregadas na geração de energia o carvão, seguido do petróleo e não tão distante o urânio, todos essenciais para manter um país em funcionamento. Aprofundaremos neste último mineral a fim de entender sua crescente importância no globo terrestre.

Devido à energia liberada pelo átomo de urânio e a aplicação dessa energia tanto para fins bélicos quanto para a transformação em energia elétrica distribuída à população e indústria, o Estado que controla seus depósitos ou suas fontes, cresce na hierarquia do poder relativo. Da mesma forma, países que não controlam nem têm acesso ao urânio, apresentam perda de poder no sistema internacional (CARVALHO, 2011).

### 3.3.3 Capacidade industrial

A capacidade industrial está intimamente relacionada com o elemento recursos naturais. A capacidade industrial proverá ao Estado poder em forma de capacidade. Esse poder expressa claramente o quão importante é para um estado possuir tecnologia e instalações capazes de beneficiar os recursos naturais. De nada adiantará repousar sobre comprovados campos de petróleo se não possuir a capacidade de extraí-lo e refiná-lo. O mesmo ocorre com o urânio.

“O exemplo do urânio ilustra a importância de um outro fator no estabelecimento do poder de uma nação: a capacidade industrial. O Congo dispõe de vastos depósitos de urânio de alta qualidade e, no entanto, embora essa circunstância tenha aumentado o valor daquele país como presa de guerra, e em consequência a sua importância do ponto de vista da estratégia militar, ela em nada afetou o poder do Congo em relação a outras nações. Esse fato ocorre porque o Congo não conta com instalações industriais capazes de utilizar os depósitos de urânio para fins civis e militares. Por outro lado, para países como a Grã-Bretanha, o Canadá e os Estados Unidos, a posse de urânio representa um enorme aumento de poder. Nesses países, os complexos industriais já existem ou podem ser construídos ou podem, com

facilidade, ser encontrados em um país vizinho, onde o urânio pode ser transformado em energia a ser empregada tanto na paz como na guerra.” (MORGENTHAU, 2003)

Percebemos, portanto, que trata-se de um conjugado de forças, mas que pende para o lado indústria quando comparado em termos de poder. O valor do urânio já enriquecido e produzido em pastilhas tem valor imensurável no mercado mundial, pois poucos são os Estados detentores de todo o ciclo tecnológico do enriquecimento.

#### 3.3.4 Grau de preparação militar

O grau de preparação militar vai além da quantidade e qualidade de seus componentes, passa pela tecnologia e liderança exercida por seus líderes. A liderança pode ser expressa, sem receio de exageros, como o reflexo da personalidade de seu maior governante. Aquele que está a frente de uma campanha militar irá imprimir o ritmo da marcha. É o nível da preparação militar que colocará em prática as vantagens tiradas dos outros elementos do poder nacional, sendo portanto o pilar central do poder nacional (MORGENTHAU, 2003).

A melhor expressão do grau de preparação militar reside na confiança que o governo tem em empregar suas forças armadas em um conflito real. Essa relação de preparação militar e emprego da tropa irrompe em uma sinergia tal que acaba por fazer com que o estado busque sempre estar em guerra a fim de manter a prontidão de seus exércitos. Um caso exemplar é o constante envolvimento das forças armadas estadunidenses em contendas ao redor do globo.

#### 3.3.5 Qualidade do governo

A qualidade do governo de uma nação depende de três fatores: a correta relação entre a política externa implementada e os recursos necessários à formação do poder nacional,

o equilíbrio entre esses diversos recursos e, por fim, o apoio da população à política externa adotada (MORGENTHAU, 2003).

A questão existente entre os recursos e a política está no estabelecimento de um razoabilidade na determinação das metas políticas, ou seja, a política externa deve ser compatível com os recursos de que um estado possui ou está disposto a obter. Não deve subaproveitar sua capacidade nem se comprometer com algo que não será capaz de realizar. É essencial, para conseguir este equilíbrio, a correta avaliação do poder nacional disponível (MORGENTHAU, 2003).

O problema do equilíbrio entre os recursos está intimamente ligado ao problema anterior. A avaliação errônea das necessidades militares, industriais, e até mesmo econômicas pode levar ao colapso ou esgotamento de outros recursos necessários para manter os primeiros. Morgenthau (2003) é ainda mais incisivo e diz que agir dessa forma é o mesmo que planejar a fraqueza e não o poder.

Após considerar as duas questões anteriores, um governo precisa considerar o apoio popular. Nenhum dos elementos do poder nacional serão disponibilizados sem a aprovação das políticas externa e interna por sua população, o que faz da aprovação popular um elemento de elevada importância. Um governo que não se preocupa com a opinião de sua população corre o risco de perder apoio e comprometer sua representatividade. Como consequência pode prejudicar sua relação parlamentar e cair na armadilha do isolamento político, não conseguindo aprovação de leis e diretivas necessárias para condução das políticas externa e interna (MORGENTHAU, 2003).

Por outro lado, aquele governante que está demasiadamente preocupado com índices de pesquisa de aprovação do governo e com discursos de líderes políticos da bancada de oposição acaba por implementar políticas superficiais, sem efetividade e sem determinar rumos estáveis para política externa.

A dificuldade daquele mandatário que está em cargo de conduzir uma nação está em achar o ponto aceitável entre o que é essencial para a política externa sem perder o controle da opinião pública e atender aos anseios de seus eleitores sem que isso interfira nos interesses permanentes de uma boa política externa (MORGENTHAU, 2003).

Ainda dentro deste elemento do poder nacional, qualidade do governo, vamos tratar da relação entre o governo doméstico e a política externa. A luta pelo reconhecimento e pelo poder, nos dias de hoje, vai além da conquista econômica ou da ocupação territorial, busca a simpatia filosófica, política e institucional, ou seja, busca a mente do homem. Esse campo, que é a mente do ser humano, pode ser conquistado através de duas filosofias políticas: o sistema de governo e o modo de vida. Resumido desta forma, o que se pretende esclarecer é que, o grande subproduto de um bom governo doméstico é seu reflexo na opinião pública de outras nações, expressos na admiração que outros têm no modo de viver - facilidade de aquisição de bens, longevidade populacional, possibilidade de ascensão social entre outros parâmetros que possam refletir a qualidade de vida - e no sistema de governo - eficácia do poder judiciário, segurança do sistema econômico, nível de educação escolar, qualidade do serviço de saúde pública, boa distribuição de renda, respeito pelo conceito de cidadania, direito a voto entre outros (MORGENTHAU, 2003).

Tão maior será o poder conquistado quanto maior for a admiração pelas pessoas que aprovam sua política interna. A aplicação da negação da tese também se aplica. Uma nação que se empenhe a implementar políticas internas que oprimam sua população perderá poder na disputa pelas mentes daqueles que, mesmo sem ser diretamente afetados, observem à distância as consequências da política opressora.

### 3.4 Conclusão parcial

Podemos concluir que chegamos a uma síntese dos principais aspectos descritos por Hans Morgenthau. Nossa intenção não é resumir a obra de Morgenthau, isso não seria possível e não atingiria os objetivos do trabalho. Entendemos também que há teorias que se opõem ao pensamento realista, como o idealismo, corrente que defende a possibilidade de um mundo com a total ausência de conflitos e pressupõe, dentre várias outras hipóteses, que o homem é um ser racional de boa índole e sempre irá buscar cumprir suas obrigações e contratos sociais, porém, não adotamos esta linha de pensamento.

Será possível, através da base adotada, entendermos, não simplesmente as intenções, ou as vontades, mas os interesses que conduziram a França a realizar uma intervenção militar. Mesmo sob o manto de ajuda humanitária, a empreitada militar foi realmente um sucesso. Nos cabe agora verificar se a política externa obteve o mesmo êxito à luz da teoria.

## 4 ADERÊNCIA DO CONFLITO À TEORIA

Após entendermos um pouco do passado do Mali no segundo capítulo, inicialmente rico e glorioso mas posteriormente árido e conturbado, foi possível compreender como a França dispõe de empresas naquela região e como foi o desenrolar da Operação Serval. No capítulo três tivemos uma breve visão, porém nítida, do que é a teoria realista das relações entre os Estados. Neste capítulo verificaremos se os movimentos políticos, atividades militares ou até mesmo discursos de autoridades podem ser enquadrados na teoria do capítulo anterior. Torna-se, portanto, o centro de nossa pesquisa científica e trará as análises necessárias para culminarmos na conclusão.

Respeitando a divisão por seções do capítulo anterior, iremos seguir a mesma sequência a fim de facilitar o acompanhamento do estudo.

### 4.1 Princípios do realismo político

Dentro dos princípios do realismo político, podemos verificar alguns fatos que confirmam a teoria. Oficialmente o Estado francês não possui mais colônias. Ao que diz a teoria, em seu primeiro princípio sobre a objetividade das leis da política, se analisarmos puramente o ato, verificaremos que a França mantém o domínio sob a mente da população do Mali e aplica àquele Estado africano uma política externa colonial, onde a relação de domínio e servidão, metrópole e colônia, ocorre em seu mais alto nível, como se um contrato não explícito regesse as relações entre os dois países.

Para entendermos a fundo os interesses da França, há de se encontrar um elo racional que possa unir a política externa francesa e sua intervenção militar no Mali. Com os interesses definidos em termos de poder, é possível compreender que a política externa do Presidente Nicolas Sarkozy, que liderou a intervenção militar na Líbia em 2011, teve continuidade mesmo após sucessão presidencial em 2012, quando François Hollande



defendeu a intervenção militar na Líbia e mandou soldados franceses para o Mali. Não se trata portanto de uma atração pessoal por guerras mas de um dever oficial de proteger interesses nacionais através de uma política externa atuante.

Notadamente, essa busca pelo poder não é uma característica encontrada apenas nos franceses, é universal. Dessa forma podemos concluir a respeito deste tema que não peca a França em lutar pela consecução de sua política internacional, pois erra quem não o faz. O sistema internacional é cômico de que são os interesses que impulsionam a economia mundial. É o princípio geral de qualquer governo.

“ ... o interesse constitui o princípio que tudo governa; e que quase todo homem. em maior ou menor escala, está submetido à sua influência. Razões de virtude pública, durante algum tempo ou em casos particulares, podem levar os homens à observância de uma conduta puramente desinteressada; mas não serão por si mesmas suficientes para gerar uma conformidade perseverante com os elevados ditames e obrigações do dever social. Poucos são os indivíduos capazes de fazer um sacrifício contínuo de todos os propósitos dos interesses ou das vantagens pessoais em prol do bem comum. É inútil vociferar contra a depravação da natureza humana sob esse aspecto...”

(MORGENTHAU apud WASHINGTON, 1783)

Analisando a definição de poder político podemos compreender algumas ações do Estado francês. Quando passamos a ter a consciência de interesses expressos em medidas de poder e entendemos poder definido como domínio sobre a mente, é possível compreender dois fatos narrados no capítulo sobre os antecedentes históricos. Ao analisarmos o fato de uma nação pedir ajuda exatamente a outra de quem havia se tornado independente fica nítido que essa independência é apenas um fato simbólico, um ato oficial porém não real, pois na realidade a França continua exercendo forte poder sobre o povo malinês. Esse poder é expresso em forma de influência mental, cultural, econômica e, por fim, militar. Desta forma, a colonização não ocorre com emprego da força contra o povo, mas sob o moto da defesa desse povo contra um terceiro. As ações são realizadas como se o Mali fosse um protetorado francês na África, exatamente o que ocorria no século passado.

Outra compreensão que podemos extrair é que um dos fatores de sucesso da Operação Serval foi a fácil ambientação dos militares franceses na região. Ora, a ambientação não ocorre ao amanhecer. Treinamento e apoio militares já vinham sendo realizados, ou melhor, nunca deixaram de ser acontecer. O Mali possui tropas francesas em seu território há décadas. Essa influência em termos militares, seja para treinar o exército do Mali ou efetivamente em apoio ao combate, explica a facilidade do soldado francês em progredir num terreno que poderia ser o principal adversário para um combatente europeu, mas não foi. A influência militar francesa nunca deixou de existir.

#### 4.2 A luta pelo poder político

Quando analisamos os motivos que levaram a França a implementar sua política externa facilmente identificamos a sua intenção de receber benefícios. Podemos também usar a negação da tese para chegar à mesma conclusão, pois o Mali não desfruta de elevado prestígio perante a França, nem é capaz, por iniciativa própria, de causar tamanho dano, seja por ação ou por omissão, que possa alterar significativamente as estruturas francesas. Os benefícios podem ser expressos pela segurança do fornecimento contínuo de matérias-primas extremamente necessárias para a França como é o caso do urânio. A extração do ouro é outra ação benéfica para os cofres de bancos franceses através de suas empresas mineradoras, validando dessa forma a justificativa de sua política eterna imperialista.

A França busca, além do reconhecimento como uma grande potência européia, a superioridade naquele continente. Os traços que comprovam essa afirmativa podem ser vistos nas diversas ações de implementação da política externa francesa. O fato de possuir um papel de prestígio e destaque na ONU como membro permanente do Conselho de Segurança não é suficiente para os franceses. A expansão de seus poder ocorre através de suas empresas de aviação - fabricando e vendendo aeronaves militares para diversos países -, através de suas

empresas de mineração, operações militares e pelo domínio cultural.

Cabe fazermos, com a devida precaução, uma observação alertada na teoria. Ao manifestar sua luta pelo poder com uma diretriz política imperialista, pelos vários motivos acima e outros que continuaremos analisando, não elimina a possibilidade de a França estar também adotando uma política de *status quo*. Quando um Estado decide por adotar uma política de *status quo* pode estar praticando, sem intenção, uma política externa imperialista. Mas alguns argumentos descartam o enquadramento da política francesa como aquela que visa a manutenção de seu poder.

O primeiro argumento é de que uma política externa de *status quo* caracteriza-se pela forte ação diplomática, executada através de acordos internacionais, tratados de paz, convenções e outros documentos de entendimento. Caracteriza-se mais pela diplomacia que pelos movimentos militares, o que não foi observado no conflito em questão. A ação foi puramente militar, não houve tentativas de acordos com os tuaregues ou outros grupos rebeldes, não foram convidados os líderes da Al-Qaeda na África a fim de obter um tratado de paz.

Outro ponto que confirma o padrão imperialista adotado pela França é a conotação dinâmica de sua política externa. O professor Morgenthau nos alerta que “toda a história nos mostra que as nações ativas em política internacional se encontram em um processo contínuo ligado à guerra, seja preparando-se para a mesma, seja nela envolvendo-se, seja recuperando-se da violência organizada que assume a forma de guerra”. O Estado francês havia terminado a sua participação no conflito com a Líbia em que caças Rafale franceses sobrevoaram e atacaram as cidades de Trípoli e Bengasi. Logo após envolveu-se no Mali. Essas características de dinamismo militar da política internacional francesa reforçam seu caráter imperialista.

Podemos também chegar a conclusão que o elemento ideológico utilizado como base para emprego do imperialismo foi a proposta de ajuda humanitária. O Estado francês, porém, não forneceu alimentos, remédios e cobertores, nem enviou médicos e socorrista. Ao contrário, como visto na terceira seção do segundo capítulo, a França utilizou suas mais modernas aeronaves de ataque contra o alvos em solo malinês. A tropa enviada continha militares altamente especializados e grande quantidade de armas foi empregada nessa ação nada humanitária. A ideologia pôde ser declarada como preocupação com a sobrevivência do Mali, ou, como foi expressa pelo presidente francês, uma questão vital para a existência do Mali.

#### 4.3 Elementos do poder nacional

A importância de analisarmos os elementos que compõem o poder nacional está em encontrarmos uma relação entre sua existência e sua aplicação por um Estado. A ausência desses com as direta desses fatores em face de outros. O fato de não existirem pode tornar importante por se tornarem perseguidos. A ausência pode se reverter em meta política. para talvez não existentes ou simplesmente perseguidos, no sentido de sua ausência, se tornar a meta de um Estado.

##### 4.3.1 Geografia

À primeira vista, a geografia não parece ter influenciado no na política francesa. Porém, se observarmos os detalhes da Operação Serval, o aspecto geográfico passa a ter alguma relevância. O que levou a França a empregar aeronaves de asa fixa Rafale e Mirage e diversos modelos de helicópteros militares foi a dificuldade em avançar no território desértico e irregular do norte malinês. Uma vez que nosso objetivo não é realizar uma análise tática como o emprego de caças em combate, iremos observar o fato pelo lado francês. Por que a

França desenvolveu aeronaves capazes de atuar além da defesa de seu território? Se a tese de que a política externa adotada pela França fosse manter o equilíbrio da balança de poder mundial e na Europa, seria razoável o desenvolvimento de um projeto de defesa aos moldes do que foi o Gripen, sueco, em que as aeronaves, apesar de serem capazes de realizar ataques em um raio de ação local, foram projetadas e desenvolvidas para defender seu território. Ao contrário, as aeronaves embarcadas Mirage e os caças Rafale são capazes de atuar em qual parte da Europa continental adjacências. A geografia francesa possui uma força centrífuga tal que os impulsiona a buscar expansão. Hodiernamente a conquista de territórios foi substituída pelo poder em influenciar outros estados em termos culturais, econômicos, políticos e militares. A França foi portanto impelida a atuar para além de sua área de responsabilidade geográfica e se apresenta, em franca disputa com o Estado alemão, como líder regional europeu. Daí a explicação, com base na teoria de que a geografia do estado influencia na política internacional adotada, da projeção de poder francês “além mar” de seu poderio militar, especificamente o poder aéreo, sua marinha com porta-aviões, submarinos nucleares e projeção continental. No estudo, foram as aeronaves que se destacaram.

#### 4.3.2 Recursos naturais

A questão dos recursos naturais se mostra a mais séria e ao mesmo tempo relevante para o nosso estudo. A teoria divide o elemento recursos naturais em alimentos e matérias-primas. A questão do alimento, apesar de ter sua importância na luta pelo poder, não se encaixa na análise do caso. A França possui uma relação de fornecimento estável e diversidade de fornecedores alimentícios.

O ponto que carece aprofundamento é a disponibilidade de matérias-primas. Morgenthau (2003) cita que o estado deve manter o controle de suas fontes de matérias-primas. Se há uma base consensual a respeito de necessidade de sobrevivência francesa essa

base repousa sobre o tema do urânio. A consciência é tal óbvia e ampla que a população da República francesa não exitou em apoiar a intervenção no Mali. Do outro lado, os terroristas visavam atacar a França fechando sua fonte primária de energia: interrompendo o fluxo de abastecimento de urânio proveniente do Mali e entorno.

Vimos no segundo capítulo que a França é extremamente dependente da energia nuclear, especificamente de suas usinas nucleares. E que a empresa responsável pela distribuição da energia é uma estatal francesa. Portanto, a manutenção do fornecimento de energia é de total responsabilidade do estado francês.

#### 4.3.3 Capacidade industrial

Vimos na subseção França, que o Estado francês dispõe em seu território 59 usinas nucleares para geração de energia. Sua planta energética termonuclear correspondente a praticamente 80% de toda energia gerada para a França. É vital para o estado francês o fornecimento contínuo e regular das pastilhas enriquecidas de urânio, elementos geradores de energia, que irão aquecer a água, girar as turbinas, e garantir a geração de energia para população.

Vimos também na subseção Empresas francesas, que são muitas não poucas as mineradoras que exploram o solo malinês e adjacências em busca de ouro, uraninita e outros minerais reconhecidamente valiosos para quem não possui em solo próprio tais matérias-primas.

Agora, à luz do que Morgenthau (2003) ensinou sobre elementos do poder, e sobre interesses em termos de poder, podemos depreender que a capacidade industrial francesa na mineração, extração, enriquecimento e transporte do urânio é condição *sine qua non* para a segurança energética e, logicamente, para o progresso da França. Se não possuísse tal envergadura e competência tecnológica, a Areva, sua principal empresa do ramo

extrativista no Mali, Níger e entorno, não haveria a garantia de fornecimento de material, já em forma de pastilhas, tão relevante para o Estado francês. A Areva, embora não seja uma empresa estatal, possui status de tal. Sua saúde financeira, seus projetos estratégicos, seus funcionários e principalmente seus produtos são todos de interesse governamental. As atividades da empresa são acompanhadas em termos de desenvolvimento e orientação. Em contrapartida, quando há necessidade da empresa em ter seus interesses defendidos no mercado internacional, é o Estado francês, através de seus diplomatas e membros do governo, que articula e facilita as grandes transações comerciais para a Areva.

#### 4.3.4 Grau de preparação militar

Um ponto de fácil percepção de sucesso tanto na Operação Serval quanto na política francesa expressa pela Operação é a segurança do governo em contar com seu poderio militar para empregá-lo no Mali. Essa segurança, como dito antes, não se estabelece da noite para o dia, é o resultado de um esforço contínuo. A preparação militar é, em termos gerais, o que proporciona ao estado a segurança do emprego de suas forças armadas e por isso é um elemento de poder para o governo que possui essa consciência.

O governo francês historicamente valoriza suas forças armadas. O fato que expressa essa valorização é a alta destinação de seu PIB para o departamento de defesa. Dentro do conflito em estudo, o fato que melhor se adere ao comportamento do governo francês é o grau de rapidez com que as tropas se ambientaram no terreno. Não houve morte por desidratação, patrulhas perdidas no deserto, dificuldade nos emprego de viaturas, necessidade de adaptação de equipamentos para o clima quente e seco do deserto subsaariano, casos de soldados assustados com a pouca quantidade de pontos conspícuos no deserto para se orientar na patrulha, nada disso. Desde a concentração à desmobilização e retorno de grande parte para França, houve uma clara manifestação de profissionalismo dos militares franceses

na Operação.

Outro fato que coaduna com a nossa análise é o número de franceses mortos em combate. Durante toda operação apenas nove soldados faleceram. Oficialmente, a Operação Serval durou de janeiro de 2013 a agosto de 2014. Em todo esse tempo, um número tão baixo de mortes é um indício do alto grau de preparação militar por parte da França.

Em uma análise macro, podemos dizer que a prontidão militar francesa é uma ferramenta da política externa expansionista francesa, que a utiliza constantemente e a valoriza. Suas forças armadas já foram empregadas na Líbia, no Mali, e mantém seu aprestamento pelo contínuo envolvimento em conflitos e pelo constante aperfeiçoamento tecnológico.

#### 4.3.5 Qualidade do governo

Dentro de nossa análise sobre o elemento qualidade do governo, seguiremos a mesma sequência apresentada na seção correspondente no capítulo três. Não há dúvidas de que a intervenção militar no Mali está alinhada às diretrizes da política internacional francesa. Há coerência e pragmatismo na atuação militar com o que a França tem perseguido ao longo de vários séculos. Nossa análise incide sobre a avaliação das metas definidas pelo governo, expressas por sua política e executadas por seus nacionais, e se essas metas são compatíveis com os recursos disponíveis.

Concluimos anteriormente que grau de prontidão das forças armadas francesas não apenas resultam do constante envolvimento em conflitos, mas são impelidos pelo mesmo frequente envolvimento, a manterem-se preparados para o emprego em guerra. Quando falamos em dimensionamento das metas políticas em relação aos recursos disponíveis a retórica se cumpre novamente. Ao impor uma matriz energética baseada na energia nuclear, a França compreende que, para manter seus reatores em funcionamento, deve buscar um



fornecimento contínuo e seguro de urânio. Como não possui o urânio em seu território vê-se na obrigação da importação e o faz de forma contínua e segura através de empresas estrategicamente posicionadas no Mali, no Níger e em nações vizinhas. Cabe, portanto, à própria França a garantir que o fornecimento não cesse.

Em síntese, o que o governo francês persegue com sua política externa é equilibrar os recursos. Sem o ouro que procede do Mali, a balança comercial francesa amargaria um decréscimo em suas receitas, mas sem o urânio, a França ficaria sem energia para mover o país. Seria uma consequência catastrófica sem precedentes.

O apoio popular foi o ponto de ignição para as iniciativas francesas. A população tem a consciência que o Mali é vital para manutenção de suas usinas nucleares. A demonstração do apoio popular à intervenção militar no Mali foi divulgada por uma pesquisa de opinião que continha diversos assuntos entre os quais a Operação Serval. A pesquisa apontou que 75% dos franceses aprovaram a decisão de François Hollande de enviar tropas ao Mali - 82% entre os eleitores que se declaram de esquerda e 69% dos que se declaram de direita (NOVAES, 2013).

Para surpresa do governo que, ao receber a solicitação de ajuda pelo representante diplomático do Mali em Paris, protocolou o documento e prometeu avaliar a situação, a pesquisa soou como uma autorização para dar entrada na ONU com o pedido de intervenção militar. Para conseguirmos obter um grau de comparação, a Operação obteve maior aprovação dos franceses que a avaliação geral do governo de François Hollande. Um sinal implícito demonstrado pela pesquisa, além da conscientização do imperioso fornecimento do urânio malinês, é a boa aceitação popular da política externa francesa.

Para finalizar a análise da qualidade do governo à luz do ocorrido, temos que refletir sobre a impressão deixada pelo sucesso da operação militar. Esse esforço analítico deve ter como objetivo o impacto da vitória militar na mente das pessoas ao redor do mundo. Como

foi a percepção mundial quanto ao envolvimento francês no combate ao terrorismo na África? A pergunta pode transparecer um desvio lógico, ou uma quebra de raciocínio, mas não o é. A imagem que passou para o senso comum das pessoas, e até mesmo de franceses menos instruídos, é de que a França se dispôs a auxiliar o Mali a combater o terrorista que tentava dominar a nação. Essa mensagem, passada até mesmo pelo então presidente François Hollande, foi extremamente benéfica para a França. A rapidez da resposta, o emprego de aeronaves modernas aliado à eficácia de seus militares surtiu efeitos positivos para o governo francês, a tal ponto que outra operação, de nome Barkhane, foi estabelecida, sem data para terminar, a fim de manter a relativa paz conseguida pela Operação Serval.

#### 4.4 Conclusão parcial

Ao contrapormos a Operação Serval à teoria realista o quadro apresenta-se nítido e racional. A teoria consegue explicar, com um considerável grau de aceitabilidade, os interesses da política externa francesa, em seus detalhes.

Pela ótica do realismo político, a França ainda mantém uma relação de exploração colonial com o Mali. François Hollande deu continuidade à política externa de seu antecessor, defendendo os interesses nacionais no Mali.

Podemos concluir que liderar a missão de estabilização do Mali não foi uma opção, mas uma necessidade. A garantia de suprimento para suas usinas nucleares é parte dos interesses da política externa da República da França e por isso a atuação foi tão rápida e incisiva. Outra conclusão que podemos extrair é a presença, até a presente data de 2017, de tropas francesas mesmo após o fim da Operação.

Desde o desenvolvimento de caças projetados para operar em toda Europa à defesa de suas empresas de mineração na África, todas as ações são movidas por interesses políticos e visando o poder.

Os interesses são, de forma resumida, a projeção de poder além do continente europeu visando o domínio do mesmo, a segurança no fornecimento de urânio, matéria-prima para fabricação de pastilhas enriquecidas para o funcionamento das usinas nucleares francesas e a manutenção da prontidão de suas forças armadas.

## 5 CONCLUSÃO

Buscamos analisar neste trabalho a política externa da França, durante a intervenção militar no Mali, ocorrida entre janeiro de 2013 e julho de 2014. O estudo dos interesses franceses na região foram conduzidos no sentido de esclarecer se a política externa encontrava-se em sintonia com a teoria realista de Hans Joachim Morgenthau.

O método empregado para atingir o propósito baseou-se na análise da Operação Serval à luz do realismo, com ênfase em seus princípios, na luta pelo poder político e em seus elementos constitutivos. Esse contraste permitiu verificar em que medida houve aderência da realidade à teoria.

No segundo capítulo, após uma breve introdução do estudo, foi realizada uma revisão histórica do Mali, desde sua independência até o estabelecimento de um governo provisório com baixa legitimidade interna. Vimos que o Mali já foi um país riquíssimo e passou por uma sequência de golpes militares depois de se tornar independente do Sudão Francês. Registrou um breve período de estabilidade e de crescimento econômico mas foi assolado pela longa seca que durou até a década passada. Vimos também que o retorno dos tuaregues trouxe instabilidade política e a união desses com terroristas da Al Qaeda levaram o representante do Mali a pedir ajuda à ONU. Ainda nesse capítulo, os antecedentes que levaram a França ao Mali foram apresentados. Ressaltamos o valor que o urânio tem para as usinas nucleares francesas e os motivos de estarem estabelecidas empresas francesas em território malinês como é o caso da Areva. Ao final do capítulo dois apresentamos alguns fatos relevantes da Operação Serval que pudessem indicar um caminho traçado pela política internacional da República da França.

Apresentamos a teoria realista de Hans Morgenthau no capítulo três. Para organizar o estudo subdividimos a teoria em três áreas bem definidas: princípios do realismo, a luta pelo poder e os elementos que constituem o poder de um Estado.

No capítulo quatro, depois de destrinchar os principais pontos da teoria, analisamos os pontos de aderência do corrido. Nesse capítulo pudemos constatar que a França ainda mantém domínio sobre o Mali e que apenas o meio empregado para subordinação foi mudado. Verificamos que um dos sucessos da Operação Serval foi a constante presença francesa na região e isso prova que a França nunca deixou o Mali ser totalmente livre. Vimos também que a França busca expansão de seu poder na Europa, e que tal atitude é demonstrada por sua política externa dinâmica e atuante. Constatamos que a França emprega o imperialismo como forma de busca pelo poder e visa um desbalanceamento favorável de poder na Europa. Ainda no quarto capítulo, ao analisar os elementos do poder, vimos a importância dada pela França à geografia, à capacidade industrial, ao grau de preparação militar e à qualidade do governo. Nesse último elemento vimos que a população é consciente da política externa e a aprova. Dentro dos elementos constituintes do poder vimos que o urânio é a matéria-prima defendida pela política externa francesa e seu fornecimento é vital para a França.

Podemos afirmar, de maneira fundamentada, que a Operação Serval é um nítido reflexo da política externa francesa, que age baseada nos interesses do Estado francês e demonstra coerência com a teoria realista de Morgenthau. Baseados na teoria, é possível afirmar que a França busca aumentar seu poder na Europa por meio de ações atendam a seus interesses e aumentem o valor de seus elementos constitutivos de poder. Assim, foram identificados os interesses da política externa que levaram a França a intervir militarmente no Mali.

Dessa maneira, esperamos que o trabalho tenha contribuído para desvendar os verdadeiros motivos que impulsionaram a França a liderar a Operação Serval e revelar os reais interesses franceses no Mali.

Por fim, sugerimos como futura linha de pesquisa, tomar como fato a ser verificado a Operação Barkhane, que deu continuidade a Operação Serval. Além disso, os demais elementos do poder nacional como a qualidade da diplomacia, a população e outros, podem ser utilizados para validar a teoria realista.

## REFERÊNCIAS

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002. 936 p.

ARTE. **DES NOUVELLES DU MALI**: Cette émission a été diffusée la première fois en avril 2015. 2015. Disponível em: <<http://ddc.arte.tv/nos-cartes/des-nouvelles-du-mali>>. Acesso em: 09 jul. 2017.

BARATA, Clara. **A segurança das minas de urânio do Níger são um argumento de peso para entrar no Mali**. 2013. Disponível em: <<https://www.publico.pt/mundo/jornal/a-seguranca-das-minas-de-uranio-do-niger-sao-um-argumento-de-peso-para-entrar-no-mali-25912440>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

CALVOCORESSI, Peter. **Política mundial**: a partir de 1945. 9. ed. São Paulo: Penso, 2009. 824 p.

CARR, Edward Hallett. **Vinte anos de crise, 1919 - 1939**: Uma introdução ao estudo das relações internacionais. 2. ed. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 1981. 305 p.

CARVALHO, Joaquim Francisco de. **O espaço da energia nuclear no Brasil**. 2011. 74 f. Monografia (Especialização) - Curso de Iee/usp, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

COLLECTION, **Perry-castañeda Library Map**. Mali (Political): produced by the U.S. Central Intelligence Agency. 1994. The University of Texas at Austin. Disponível em: <[http://www.lib.utexas.edu/maps/africa/mali\\_pol94.jpg](http://www.lib.utexas.edu/maps/africa/mali_pol94.jpg)>. Acesso em: 09 jul. 2017.

FLYNN, Daniel; CLERCQ, Geert de. **Enquanto o urânio não enriquece o Níger**: Entre as montanhas e as areias do Sara, o norte do Níger tornou-se uma grande mina de exploração de urânio, uma a céu aberto, outra um gigante subterrâneo. 2014. Auxiliado por JOE PENNEY. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2014/04/13/mundo/noticia/enquanto-o-uranio-nao-enriquece-o-niger-1631574>>. Acesso em: 10 maio 2017.

KEITA, Kalifa. **Conflict and conflict resolution in the Sahel**: the tuareg insurgency in Mali. Strategic Studies Institute. 1998. Disponível em: <<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pdffiles/pub200.pdf>>. Acesso em 28 jun. 2017.

LE MONDE. Le Monde.fr avec AFP, 26/05/2014: “**Areva signe un accord avec le Niger sur les mines d'uranium**”. Disponível em: [http://www.lemonde.fr/afrique/article/2014/05/26/areva-signe-un-accord-avec-le-niger-sur-les-mines-d-uranium\\_4426359\\_3212.html](http://www.lemonde.fr/afrique/article/2014/05/26/areva-signe-un-accord-avec-le-niger-sur-les-mines-d-uranium_4426359_3212.html). Acesso em: 06 de junho de 2017.

MARCHAL, Roland. **Is a military intervention in Mali unavoidable?** Oslo: Noref, 2012. Roland Marchal é pesquisador sênior do CNRS, com sede em Paris . Disponível em: <<https://www.files.ethz.ch/isn/154370/97321fcedd23fefcd657530a8d6ccb3a.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

MORGENTHAU, Hans Joachin. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz.** 6. ed. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2003. 1093 p.

MÜZELL, Lúcia. **Apesar de invasiva, em um ano operação militar francesa no Mali trouxe resultados.** 2014. Disponível em: <<http://pt.rfi.fr/geral/20140110-apesar-de-invasiva-em-um-ano-operacao-militar-francesa-no-mali-trouxe-resultados>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

PALAST, Greg. **Sangue Por Urânio É o Novo Sangue Por Petróleo.** Greg Palast fala sobre a próxima grande sede do mundo: urânio. Disponível em: <[https://www.vice.com/pt\\_br/article/ympwxy/sangue-por-uranio-e-o-novo-sangue-por-petroleo](https://www.vice.com/pt_br/article/ympwxy/sangue-por-uranio-e-o-novo-sangue-por-petroleo)>. Acesso em: 06 jun. 2017.

RIBEIRO, Tcor Inf Pedro Alexandre de Almeida Faria; COSTA, Maj Inf António Paulo Gaspar da; FERNANDES, Maj Inf “cmd” Hugo Miguel Moutinho. **Intervenção Militar Francesa no Mali: Operação “SERVAL”.** Abril de 2014. Disponível em: <<http://www.iesm.pt/cisdi/iesmatualidade/1 - Intervenção Militar Francesa no Mali - Operação SERVAL.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

TAYLOR, Adam. **What Mali means to France.** 2015. Disponível em: <[https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2015/11/20/what-mali-means-to-france/?utm\\_term=.39baf6e65b81](https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2015/11/20/what-mali-means-to-france/?utm_term=.39baf6e65b81)>. Acesso em: 06 jun. 2017.

WASHINGTON. **The writings of Georg Washington.** In: MORGUENTHAU, Hans Joachin. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz.** 9. ed. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003. p. 17.



## ANEXO A



FIGURA 1 - Mapa do norte do continente africano

Fonte: (COLLECTION, 1994) Disponível em: <[http://www.lib.utexas.edu/maps/middle-east\\_and\\_asia/n\\_africa\\_mid\\_east\\_pol\\_95.jpg](http://www.lib.utexas.edu/maps/middle-east_and_asia/n_africa_mid_east_pol_95.jpg)>. Acesso em: 09 jul. 2017.

## ANEXO B



FIGURA 2 - Mapa do Mali e países fronteiriços

Fonte: (COLLECTION, 1994) Disponível em: <[http://www.lib.utexas.edu/maps/africa/mali\\_pol94.jpg](http://www.lib.utexas.edu/maps/africa/mali_pol94.jpg)>. Acesso em: 09 jul. 2017.



## ANEXO C



FIGURA 3 - Mapa do continente europeu

Fonte: (COLLECTION, 1994) Disponível em: <[http://www.lib.utexas.edu/maps/europe/txu-oclc-24723313-europe\\_pol\\_2008.jpg](http://www.lib.utexas.edu/maps/europe/txu-oclc-24723313-europe_pol_2008.jpg)>. Acesso em: 09 jul. 2017.

## ANEXO D

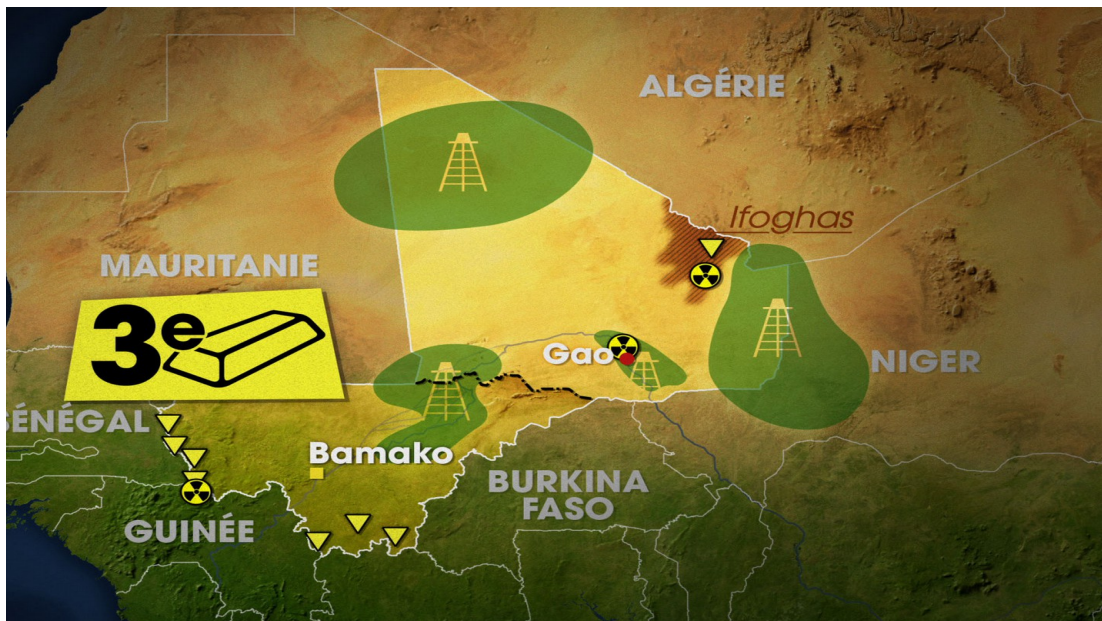


FIGURA 4 - Mapa da distribuição de riquezas minerais no Mali

Fonte: (ARTE, 2015) Disponível em: <<http://ddc.arte.tv/nos-cartes/des-nouvelles-du-mali>>. Acesso em: 09 jul. 2017.